

O Discurso da Grande Imprensa Brasileira pela Legitimação do Impeachment¹

Manoel Adalberto da COSTA JÚNIOR²

Alan Victor Silva DE LIMA³

Lucas Rodrigues FÉLIX⁴

Vitória de Santi ESTÁCIO⁵

Maria do Socorro Furtado VELOSO⁶

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

RESUMO

O artigo discorre sobre os editoriais publicados em três dos mais importantes jornais do país, Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo, durante o período de acentuação da crise política brasileira, compreendendo do vazamento do telefonema entre o ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff até a admissibilidade do pedido de impeachment da mandatária petista no Senado Federal, evidenciando a falta de pluralidade da imprensa com um discurso único em busca da legitimação do processo, numa aparente situação de uso da mídia para o exercício de interesses políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Dilma Rousseff; Folha de São Paulo; impeachment; O Estado de São Paulo; O Globo.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 07 a 09 de julho de 2016.

² Aluno líder, estudante do 7º semestre do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, na UFRN, e-mail: manoeladalberto.ma@gmail.com

³ Estudante do 7º semestre do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, na UFRN, e-mail: alanvictor95@outlook.com

⁴ Estudante do 7º semestre do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, na UFRN, e-mail: falecomlucasfelix@gmail.com

⁵ Estudante do 7º semestre do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, na UFRN, e-mail: vitoriadesanti@gmail.com

⁶ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Comunicação Social da UFRN, e-mail: socorroveloso@uol.com.br

Folha de S. Paulo

A Folha de S. Paulo, um dos mais tradicionais jornais brasileiros, surgiu em 1960, resultante da fusão de outras três publicações, as Folhas da Manhã, da Tarde e da Noite. Essa última foi a precursora do grupo, tendo sido lançada em 1921.

Segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), a publicação atualmente é a terceira mais lida no Brasil, perdendo apenas para o mineiro Super Notícia e para o carioca O Globo. Em 2015, a média diária da publicação foi de 175.441 exemplares em papel, mas o público leitor total é inflado pelas assinaturas digitais, que em fevereiro de 2014 já eram 117.721.

A Folha possui também um grande prestígio com outros veículos. Suas manchetes são lidas diariamente, por exemplo, em programas como o *Hora 1*, da TV Globo, e o *Café com Jornal*, da Band. Além disso, seu site é hospedado no portal UOL, um dos mais acessados dos mais acessados do país, perdendo apenas para domínios dos gigantes Google e Facebook, de acordo com a ferramenta Alexa.

Isso atribui um peso não somente ao noticiado pela Folha, mas também para as suas opiniões editoriais, sendo que um dos mais controversos temas abordados ao longo da história vem sendo o período de ditadura militar no Brasil.

Existem acusações históricas de que a Folha de S. Paulo emprestava carros da redação ao DOI-Codi, órgão de repressão do regime ditatorial. Em 2014, por ocasião dos 50 anos da tomada do poder pelos militares, o jornal admitiu o erro, em editorial, o gênero que para José Marques de Melo (2003) é próprio da imprensa.

Na ocasião, o texto destacou que “não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro”, ao mesmo em que suaviza o mea-culpa, dizendo que “isso não significa que todas as críticas à ditadura tenham fundamento”.

Anos antes, em 2009, o jornal foi alvo de massivas críticas ao classificar o modelo militar brasileiro como “ditabranda”, em suposto contraponto aos regimes mais duros de países vizinhos.

Para o jornalista Marco Aurélio Weissheimer (2011), um dos críticos da apropriação do termo popularizado por Augusto Pinochet, “a Folha acha a ditadura branda porque, no fundo, subordina a continuidade e o avanço da democracia a seus interesses particulares”.

Na época, após os protestos, o diretor de redação Otávio Frias Filho classificou que “o termo (ditabranda) tem uma conotação leviana que não se presta à gravidade do assunto. Todas as ditaduras são igualmente abomináveis”. O caso também foi abordado em editorial que ficou encarregado de fazer o pedido de desculpas aos leitores:

Ao denominar ditabranda o regime político vigente no Brasil de 1964 a 1985, a direção editorial do jornal insulta e avilta a memória dos muitos brasileiros e brasileiras que lutaram pela redemocratização do país. Perseguições, prisões iníquas, torturas, assassinatos, suicídios forjados e execuções sumárias foram crimes corriqueiramente praticados pela ditadura militar no período mais longo e sombrio da história política brasileira. O estelionato semântico manifesto pelo neologismo ditabranda é, a rigor, uma fraudulenta revisão histórica forjada por uma minoria que se beneficiou da suspensão das liberdades e direitos democráticos no pós-1964.

Em 1964, nas edições seguintes ao golpe militar, o tom dos editoriais da Folha de S. Paulo foi cauteloso, mas relativamente empolgado com o novo sistema. Títulos como “O Brasil continua” e “Confiança, apesar de tudo” desfilaram por suas páginas.

Em 3 de abril, o texto dizia que “a nação (voltou), felizmente, ao regime de plena legalidade”, saudando os militares por “agirem prontamente para conter os desmandos de um político cercado de assessores comunistas”.

Uma das falas se assemelha ao lema lançado pelo presidente interino Michel Temer em seu primeiro discurso no exercício do cargo. Se atualmente o político do PMDB foi direto ao sugerir que “não fale em crise, trabalhe!”, a Folha de S. Paulo há 22 anos já demonstrava de forma mais rebuscada pensamento similar:

O dever que agora se impõe a todos é o do trabalho, sem dar atenção a possíveis boatos que alguns agitadores ainda queiram lançar aqui e ali, em desespero. (...)

Pois o povo, em todos os recantos da pátria, demonstrou magnífico comportamento durante os momentos de crise. Não deixou de trabalhar um minuto sequer. (...)

Dois dias depois, o processo então em andamento foi defendido de forma jurídica em novo editorial, ao classificar que “o que se reestabeleceu foi a legalidade – legalidade, mesmo. A legalidade da Constituição e das leis. (...) A Constituição está de pé e o novo governo se acha formado”.

Atualmente publicados na página A2, uma das mais nobres do jornal, os diários editoriais da Folha dividem espaço com outros textos opinativos. O programa de governo de Temer foi reconhecido como “correto em suas diretrizes” nesse espaço, por exemplo.

No último 15 de maio, um domingo, dia de maior circulação do jornal, o texto repete o que se lia três décadas antes em nova roupagem:

Todo o processo vem ocorrendo de forma constitucional, sob supervisão de uma suprema corte insuspeita. (...)

A noção de que um golpe de estado estaria em curso só não é estapafúrdia porque se filia mais à propaganda do que à análise política. Serve à surrada versão (Fernando Collor já a adotava em sua época) de que o PT é vítima de alguma conspiração de elites, e não de seus clamorosos erros e delitos.

De acordo com gravação do senador Renan Calheiros vazada pela própria Folha de S. Paulo, Otávio Frias Filho, também sócio do jornal, reconheceu “exageros” do veículo recentemente durante conversa com a agora presidente afastada Dilma Rousseff, mas se referindo apenas sobre a cobertura das investigações da operação Lava Jato.

A coluna de ombudsman, que para Sabrina Franzoni (2013) é “preocupada com os limites do jornalismo como negócio”, classificou que o jornal vinha trazendo “reportagens ligeiras, sem contextualizações”.

Para Paula Cesarino Costa, ocupante em exercício do posto, falta uma “revisão crítica de propostas”, induzindo que as ideias de Temer e sua equipe são simplesmente reproduzidas de forma rasa, sem aprofundamento.

Ou seja, antes da própria publicação de alguma forma mostram que há uma preocupação em legitimar atos do novo governante, nem que para isso a informação fique em segundo plano.

O Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo, jornal fundado em 1875 sob o nome de A Província de São Paulo, é o jornal mais antigo daquela cidade ainda em circulação. É o precursor do Grupo Estado, formado hoje pelo jornal citado, pela Agência Estado, Rádio Estadão, Rádio Eldorado e pela TV Eldorado (afiliada do Esporte Interativo).

Sendo pensado durante a Convenção Republicana de Itu, o jornal foi criado como forma de combater a monarquia e a escravidão por Manoel Ferraz de Campos Salles, Américo Brasiliense e mais 16 pessoas.

O Estadão apoiou o movimento militar que retirou do poder o presidente João Goulart, sob a alegação de que ele “já não tinha autoridade para governar”. Apesar deste apoio, o jornal alega que “sempre manteve sua linha de apoio à democracia representativa”. O Estado de São Paulo relata ainda que, “quando se evidenciava que os radicais de extrema direita aumentavam sua influência, objetivando a perpetuação dos militares no poder, O Estado retirou seu apoio e passou a fazer oposição.”

Após publicar o editorial *Instituições em frangalhos* no dia 13 de dezembro de 1968, o Estadão é impedido de circular e passa a ser alvo da censura prévia dentro de sua redação. Em 1971, o jornal passa a publicar assuntos não habituais na primeira página, como poemas, por causa dos textos censurados.

O Estado de São Paulo é o jornal com a quarta maior média de circulação do país, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), com 149.241 exemplares. Fica atrás apenas dos já citados Super Notícia, O Globo e o conterrâneo paulistano Folha de S. Paulo. Sua versão digital é a quarta mais acessada do país, com 71.146 acessos. Perde apenas para a Folha de São Paulo e O Globo. Todos estes dados são de 2015.

Sendo um dos jornais mais críticos as administrações petistas, o Estadão – em seus editoriais – tem construído uma narrativa pró-impeachment da presidente Dilma Rousseff. Um dos seus principais argumentos para justificar a legalidade do impedimento de Dilma é que o rito segue o que está previsto na Constituição.

No editorial *A jurisprudência do berro*, publicado em 13 de abril de 2016, o jornal afirma – depois da votação da admissibilidade do processo na Comissão Especial da Câmara – que “resta à ainda presidente espernear – e ela resolveu fazê-lo da pior maneira possível, em franco desafio aos demais Poderes, denunciando histericamente um “golpe” onde só há o pleno respeito ao que prevê a Constituição.” Este mesmo argumento de respeito a Constituição é utilizado no editorial *A exportação do vexame*, de 21 de abril de 2016.

Para defender com maior veemência o argumento de respeito a Carta Magna, o jornal faz uso – no editorial *Dilma leva um pito*, de 22 de abril de 2016 – de falas de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), como esta do ministro Celso de Mello:

“Ainda que a senhora presidente da República veja, a partir de uma perspectiva eminentemente pessoal, a existência de um golpe”, afirmou o decano da Suprema Corte, ministro Celso de Mello, “na verdade há um grande e gravíssimo equívoco, porque o Congresso Nacional e o STF deixaram muito claro que o procedimento destinado a apurar a responsabilidade política da presidente da República respeitou, até o presente momento, todas as fórmulas estabelecidas na Constituição.” (O ESTADO DE S. PAULO. *Dilma leva um pito*. Em: <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,dilma-leva-um-pito,10000027444>>. Acesso: 29 de maio de 2016)

No mesmo editorial, o jornal faz uso da fala do ministro Dias Toffoli e ainda enfatiza que este foi nomeado para o STF pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ou seja, o jornal tenta dizer que mesmo os ministros nomeados por governos petistas rejeitam a ideia de golpe de Estado:

O ministro Dias Toffoli, nomeado para o STF pelo então presidente Lula, ex-advogado do PT e ex-advogado-geral da União, foi mais duro: “Alegar que há um golpe em andamento é uma ofensa às instituições brasileiras, e isso pode ter reflexos ruins, inclusive no exterior, porque passa uma imagem ruim do Brasil”. (O ESTADO DE S. PAULO. *Dilma leva um pito*. Em: <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,dilma-leva-um-pito,10000027444>>. Acesso: 29 de maio de 2016)

Além do argumento de que o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff segue os preceitos constitucionais, o Estadão utiliza o fato do rito do processo ter sido definido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como forma de legitimá-lo. Observamos este uso no editorial *Guerra ao Estado de Direito* – de 20 de abril de 2016,

A exportação do vexame – de 21 de abril de 2016, *Dilma leva um pito* – de 22 de abril de 2016, e *A falácia da legitimidade* – de 14 de maio de 2016.

Em *A exportação do vexame* o uso deste argumento fica mais evidente. O jornal ainda faz uso de um mesmo argumento do editorial *Dilma leva um pito*: o de que mesmos ministros nomeados por governos petistas rejeitam a tese de golpe.

Como se não bastasse o constrangedor escarcéu criado pelo marketing embusteiro do PT a respeito da alegada ilegalidade do impedimento de Dilma – tese sustentada mesmo diante do fato cristalino de que o processo está seguindo rigorosamente o que manda a Constituição, sob as bênçãos de um Supremo Tribunal Federal constituído majoritariamente por ministros indicados por presidentes petistas –, agora a presidente pretende “exportar” a tese segundo a qual forças malignas se articularam para atraí-la e afastá-la do cargo. (O ESTADO DE S. PAULO. *A exportação de um vexame*. Em: <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,a-exportacao-do-vexame,10000027339>>. Acesso: 29 de maio de 2016)

Já em *A falácia da legitimidade* o Estadão utiliza o argumento de que o vice-presidente Michel Temer recebeu os mesmos votos de Dilma Rousseff, já que eles estariam na mesma chapa, tornando um governo Temer legítimo:

O principal argumento de Dilma Rousseff e do PT para repudiar o “golpe” que afastou provisoriamente do cargo a chefe de governo mais impopular da história é a legitimidade de um mandato conquistado com o voto de 54 milhões de brasileiros. Legitimidade que, para os petistas, não se estende ao vice-presidente eleito na mesma chapa, com o mesmo número de votos. (O ESTADO DE S. PAULO. *A falácia da legitimidade*. Em: <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,a-falacia-da-legitimidade,10000051151>>. Acesso: 29 de maio de 2016)

Deste modo, pode-se observar que O Estado de São Paulo constrói uma narrativa de apoio ao processo de impeachment de Dilma Rousseff, buscando legitimá-lo sob argumentos de que segue a Constituição e o rito definido pelo STF. Além disto, o jornal busca legitimar o governo do vice-presidente Michel Temer, alegando que ele foi eleito com os mesmos 54 milhões de votos de Dilma Rousseff.

O Globo

O jornal O Globo foi criado no ano de 1925 pelo jornalista Irineu Marinho, primogênito da família magnata conhecida pelo império formado na comunicação brasileira. Ao criar o jornal, Irineu queria uma nova mídia que se identificasse mais com o Rio de Janeiro.

Desde 1996, O Globo investe na produção de conteúdo digital para internet, além do jornalismo impresso. Hoje, junto com a Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, forma uma das maiores representações da mídia impressa tradicional brasileira.

O jornal utiliza uma maneira própria de produzir o texto opinativo. Maior parte deste é construído por suposições, até que ele apresenta fatos que ocorreram para tentar embasar essa opinião. Não é utilizado um tom agressivo, porém ácido.

Isso acontece, por exemplo, no dia 13 de março, quando analisa que “Lula e Dilma apostam tudo para sobreviver”. Na primeira parte do texto, o jornal utiliza de muitos adjetivos, alguns até cômicos, para explicitar sua opinião. Na segunda parte, um tom mais informativo carregado de opinião. É possível notar também a utilização de algumas figuras de linguagem. Metáforas são presentes:

Os dois reagem à crise que engolfa o governo e o PT de acordo com os respectivos perfis. Dilma Rousseff reencarna a guerrilheira que nunca se entrega, e Lula, a jararaca ferida no rabo, desejosa de vingança. Fingem não entender o recado dos milhões nas ruas de domingo e partem para o contra-ataque. Tombarão de arma na mão, ameaçam.

Podemos perceber também, de forma clara, a posição do jornal contrária às atitudes do governo, da presidente Dilma e do ex-presidente Lula. No início do texto, isso já se evidencia, ao dizer que “a crise faz com que Dilma e Lula se abracem e joguem juntos seu futuro e, infelizmente, o do país”.

Dias depois, o jornal apresenta uma tese logo no título de que “o impeachment é uma saída constitucional da crise”, e reforça-a no texto, afirmando que o Congresso Nacional, através do processo, e a justiça são quem tem legitimidade para tirar o país da crise, que só acabará com o fim da gestão de Dilma Rousseff.

O texto é de nível culto, sem intuito de agredir. Apresenta vários relatos sobre fatos que ocorreram no âmbito da crise política. No entanto, a maioria não tem relação com a tese. Aparentemente, tem a intenção de contextualizar o leitor.

Desta vez, o jornal ameniza nos adjetivos, mas continua utilizando poucas metáforas. Os possíveis jargões utilizados são aspeados para remeter sua citação à outra pessoa, no caso, Lula, como quando referido que “o ex-presidente ameaça mobilizar “peões” para agredir “coxinhas” que porventura ficassem à frente de seu prédio (...)”.

Esse texto parece ter outro intuito, diferente do habitual. A impressão que passa, ao lê-lo, é que foi escrito de forma mais séria para que realmente pudesse dar credibilidade a uma opinião que parece ser mais importante que as outras já dadas, no caso, a defesa do impeachment.

Como em 30 de março, quando mais uma vez em busca de desconstruir a tese de ‘golpe’ defendida pela presidente Dilma, o editor defende as instituições brasileiras e o processo de impeachment. O editorial da ocasião é duro, sério, mas não chega a ser agressivo, apesar de assumir uma posição de forma muito clara.

Somente um dia depois, chama a atenção o tamanho do texto. De forma muito concisa e crítica, o editorialista critica as manifestações de apoio que movimentos sociais tem dado à presidente Dilma, em eventos no Palácio do Planalto. O conteúdo chega a ser agressivo, uma vez que supõe que a presidente da República perdeu o “senso de realidade”, ao acreditar que aquelas manifestações representam a maioria da sociedade brasileira. Também neste editorial, o jornal afirma que os movimentos sociais são sustentados com dinheiro público e, por isso, apoiam o governo.



Opinião

TERAPIA

DEVE RECONFORTAR o espírito da presidente Dilma encher os salões do Planalto com representantes de movimentos sociais sustentados com dinheiro público. É certo que as camisas vermelhas e a palavra de ordem “não vai ter golpe” dão esperanças à presidente.

MAS ELA não deveria perder o senso de realidade. Com

índices recordes de impopularidade, Dilma se refugia em Palácio para ser incensada por quem já a apoia incondicionalmente, uma escassa minoria.

NÃO É este o clima nas ruas, conforme demonstram pesquisas, tampouco parece ser no Congresso. Ela deve entender os comícios palacianos apenas como uma espécie de terapia psicológica.

Imagem 1: Editorial do dia 01/05/2016 de O Globo.
Fonte: Reprodução/O Globo Digital

Mais uma vez, o estereótipo discursivo “golpe” é utilizado, mas aspeado para remeter sua citação a outrem. Podemos notar nesse caso a ausência de pressupostos fortes. A argumentação é muito vazia. O texto parece não ter como objetivo convencer o leitor, pois talvez este já esteja convencido.

Com tom bastante crítico, o jornal reforçou que não há quebra da ordem institucional com o impeachment da presidente Dilma no dia em que a admissibilidade do pedido foi votada na Câmara dos Deputados. Apesar de crítico, o texto daquele 17 de abril se mantém em alto nível de seriedade. Muitos argumentos são apresentados para embasar a opinião do jornal de que, em nenhum dos dois impeachments que ocorreram na história do Brasil, houve “golpe”.

O Globo, no caso, utilizou mais uma vez do recurso da importância da seriedade do editorial para defender que sua opinião merece maior credibilidade e importância, e que merece ser levada a sério pelos leitores.

Considerações finais

Esmiuçando as opiniões editoriais publicadas pelo triunvirato mais prestigiado da mídia impressa diária, nota-se uma semelhança indefectível no discurso, mesmo que meios diferentes sejam buscados para expressar a tese adotada por eles. Os jornais, em seus editoriais, apoiam de forma clara, explícita e através de muitos argumentos, que há legitimidade para o processamento da presidente Dilma Rousseff, e que essa seria uma solução viável para o fim da crise política no Brasil.

Notam-se diversos pontos comuns entre Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo e o Globo. E não somente na cobertura da crise política que tem seu desenrolar em 2016. Historicamente os meios já se revelam assemelhados em seus pensamentos.

É possível identificar semelhanças em como os veículos tratam até a valoração pessoal de determinados personagens, como a presidente Dilma Rousseff. Para o leitor menos atento, poderia ser complicado até diferenciar de qual dos jornais vem a opinião caso não houvesse a identificação, tamanha a coincidência entre elas.

REFERÊNCIAS

COSTA, P. C. **Sobre discursos, gritos e sussurros**. Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2016/05/1773781-sobre-discursos-gritos-e-sussurros.shtml. Acesso em: 26 mai. 2016.

WEISSHEIMER, M. A. **O que a falácia da ditabranda revela**. Carta Maior, 2011. Disponível em www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-a-falacia-da-ditabranda-revela%0D%0A/4/16796. Acesso em: 26 mai. 2016.

1964. Folha de S. Paulo, 2014. Disponível em www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/158906-1964.shtml. Acesso em: 26 mai. 2016.

Top Sites in Brazil. Alexa, 2016. Disponível em <http://www.alexa.com/topsites/countries/BR>. Acesso em: 26 mai. 2016.

Maiores jornais do Brasil. Associação Nacional dos Jornais (ANJ), 2015. Disponível em <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em: 26 mai. 2016.

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

FRANZONI, S. **A função enunciativa do ombudsman da Folha de S. Paulo**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

O ESTADO DE SÃO PAULO: **A jurisprudência do berro**. O Estado de São Paulo, 2016. Disponível em <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral.a-jurisprudencia-do-berro.1855327>. Acesso em 29 de maio de 2016.

O ESTADO DE SÃO PAULO: **Guerra ao Estado de Direito**. O Estado de São Paulo, 2016. Disponível em <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral.guerra-ao-estado-de-direito.10000027105>. Acesso em 29 de maio de 2016.

O ESTADO DE SÃO PAULO: **A exportação do vexame**. O Estado de São Paulo, 2016. Disponível em: <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral.a-exportacao-do-vexame.10000027339>. Acesso em 29 de maio de 2016.

O ESTADO DE SÃO PAULO: **Dilma leva um pito**. O Estado de São Paulo, 2016. Disponível em <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral.dilma-leva-um-pito.10000027444>. Acesso em 29 de maio de 2016.

O ESTADO DE SÃO PAULO: **A falácia da legitimidade**. O Estado de São Paulo, 2016. Disponível em: <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral.a-falacia-da-legitimidade.10000051151>. Acesso em 29 de maio de 2016.

PONTES, José Alfredo Vidigal. **Histórico Grupo Estado**. O Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.estado.com.br/historico/resumo/cont1.htm>. Acesso em 29 de maio de 2016.

NASCIMENTO, A. C. A.; OLIVEIRA, K. T. S.; DIAS, N. C. V.; REIS, M. M. F. **A ditadura militar e a censura no jornal impresso (O Estado de São Paulo)**. 9º Encontro Nacional de História da Mídia UFOP. Ouro Preto, 2013. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-impressa/a-ditadura-militar-e-a-censura-no-jornal-impresso-o-estado-de-sao-paulo>. Acesso em 29 de maio de 2016.

O GLOBO: **Lula e Dilma apostam tudo para tentar sobreviver**. O Globo, 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opinio/lula-dilma-apostam-tudo-para-tentar-sobreviver-18892672>. Acesso em 29 de maio de 2016.

O GLOBO: **Dilma radicaliza e fala de um país imaginário**. O Globo, 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opinio/dilma-radicaliza-fala-de-um-pais-imaginario-18943869>. Acesso em: 30 de maio de 2016.

O GLOBO: **O impeachment é uma saída institucional da crise**. O Globo, 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opinio/o-impeachment-uma-saida-institucional-da-crise-18912997>. Acesso em: 30 de maio de 2016.

O GLOBO: **A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo.** O Globo, 2016. Disponível em:
<http://oglobo.globo.com/opiniao/a-farsa-do-golpe-construida-pelo-lulopetismo-18978718>.

Acesso em: 29 de maio de 2016.

O GLOBO: **Não vai ter mesmo golpe.** O Globo, 2016. Disponível em:
<http://oglobo.globo.com/opiniao/nao-vai-mesmo-ter-golpe-19099610>. Acesso em: 30 de maio de 2016.